



PROJETO COLETIVOS

TRANSFORMANDO A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NAS PERIFÉRIAS



Não importa a sua cor e nem o seu jeito. Todos são iguais.





CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Synésio Batista da Costa

Vice-Presidente

Carlos Antonio Tilkian

Conselheiros

Cleriane Lopes Denipoti

Eduardo José Bernini

Elizabeth Maria Barbosa de Carvalhaes

Euclésio Bragança da Silva

Fernando Vieira de Figueiredo

Fernando Vieira de Mello

Humberto Barbatto Neto

José Eduardo Planas Pañella

José Ricardo Roriz Coelho

Luiz Fernando Brino Guerra

Maria Rosemary França Vianna

Morvan Figueiredo de Paula e Silva

Rubens Naves

Vitor Gonçalves Seravalli

Conselho Fiscal

Almir Rosas Augusto Laranja

Bento José Gonçalves Alcoforado

Sérgio Hamilton Angelucci

Secretaria Executiva

Victor Alcântara da Graça

FICHA TÉCNICA

Textos

Centro Comunitário

Joilson de Jesus

Coletivo Espelho, Espelho Meu

Brincando na Kebrada

Espaço Cultural Becos e Vieias

Espaço Cultural Jardim

Damasceno

Fundação Abrinq

Colaboração

Caroline Miranda

Juliana Mamona

Maria Lucilene Almeida

Thiago Sanches Battaglini

Victor Alcântara da Graça

Revisão de Texto

Cristiane Maruyama

Projeto gráfico, diagramação e Arte-Final

Eric Barioni

Impressão

Gráfica Elyon

Tiragem

703 exemplares

A revisão textual desta publicação foi baseada na premissa de respeito à fidelidade dos depoimentos e às manifestações linguísticas documentadas. Isso foi feito para que os leitores não julguem os textos com a premissa de algum erro gramatical, léxico ou outro diante da norma padrão da Língua Portuguesa. A revisão não buscou corrigir as falas das pessoas ou as produções artísticas para enquadrá-las no padrão citado, mas, antes, organizar os materiais e as narrativas para que estivessem coerentes e compreensíveis, de forma a manter suas marcas de identidade e expressão pessoal.

A Fundação Abrinq não se responsabiliza por todas as falas e opiniões contidas nesta publicação, não sendo necessariamente a sua opinião.



APRESENTAÇÃO

Coletivos são grupos formados para organizar e protagonizar pautas na sociedade contemporânea, sempre levando em conta as demandas locais e os interesses de seus participantes. Eles representam diferentes vozes na luta pela superação de injustiças, desigualdades e invisibilidades, bem como um importante ator para realizar e efetivar direitos, influenciar agendas e a opinião pública a nível local. Geralmente são formados a partir de redes de cooperação e relações solidárias, como forma de resistir e responder às pressões e dificuldades impostas pelo cotidiano, com integrantes majoritariamente voluntários.

Para defender, garantir e efetivar os direitos de crianças e adolescentes, a situação não é diferente. A articulação social via coletivos é uma das principais formas de organização territorial e atuação, principalmente no caso da população que vive nas

periferias das grandes cidades. Os coletivos buscam atender as demandas de seus territórios e e suprir lacunas em razão da ausência ou insuficiência das políticas públicas. A partir de suas ações, colaboram para o fortalecimento da participação da sociedade civil e inclusão social.

Apesar dos muitos potenciais e pontos positivos dos coletivos, existem diversos desafios para a sua manutenção e escalabilidade. Muitos deles carecem de financiamento e/ou recursos técnicos necessários para realizarem suas ações e se manterem ativos. Mesmo com a importância e influência dos coletivos no cenário social e político de seus territórios, muitas práticas e inovações acabam ficando restritas às suas localidades, sem visibilidade e/ou apoio, e em muitos casos, são finalizadas de forma precoce.



A Fundação Abrinq é uma organização sem fins lucrativos e apartidária que, desde 1990, atua para promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes. A Fundação defende a Educação inclusiva, com garantia de acesso e qualidade em todas as etapas da educação básica; a promoção de vidas saudáveis de crianças e adolescentes; a corresponsabilidade na gestão pública; e o incentivo do investimento social privado em benefício da infância e adolescência. Em mais de três décadas de atuação, a Fundação Abrinq já transformou mais de 8,9 milhões de vidas em todo o Brasil.

Considerando o escopo de atuação e reconhecendo o cenário desafiador enfrentado pelos coletivos, a Fundação passou a desenvolver, no ano de 2022, o Projeto Coletivos, com o propósito de apoiar e fortalecer o trabalho de coletivos periféricos que contribuem para a promoção e defesa dos direitos e da cidadania de crianças e adolescentes. O projeto procura impulsionar esses coletivos e

ampliar o compartilhamento de experiências e boas práticas entre eles e a Fundação Abrinq.

A presente publicação apresenta os trabalhos e resultados do primeiro ciclo desta iniciativa, de caráter piloto, desenvolvida na região metropolitana de São Paulo. Ao longo de todo o primeiro ciclo, foram beneficiados mais de 300 crianças e adolescentes. O conteúdo a seguir conta com produções desenvolvidas por crianças e adolescentes beneficiados por esses coletivos. Os temas dos trabalhos estão diretamente relacionados à atuação deles durante o ciclo.

É com prazer que a Fundação Abrinq agradece a oportunidade em fazer parte da história de cada coletivo presente nesta publicação. Esperamos que a parceria durante todo o primeiro ciclo tenha sido valiosa para vocês quanto foi para a Fundação. As portas seguem abertas para novas ações em benefício de crianças e adolescentes. Boa leitura!





**INTRODUÇÃO DOS
COLETIVOS DO**

CICLO 1

CENTRO COMUNITÁRIO JOILSON DE JESUS



O Centro Comunitário Joilson de Jesus surge, em 2019, na comunidade Parque Santa Madalena, localizada na região do Sapopemba, na zona leste da cidade de São Paulo. Diante da realidade de um território onde carece a garantia de direitos fundamentais como saúde, moradia digna, coleta de lixo e acesso à água e saneamento básico, o Centro Comunitário Joilson de Jesus se propõe

a atuar pela promoção e defesa dos direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias. Composto por 35 integrantes voluntários, o Centro Comunitário Joilson de Jesus é coordenado pelo coletivo de mesmo nome – apelidado de Coletivo Jojo – e funciona como um espaço de autogestão baseada nos preceitos de educação popular, saberes comunitários e arte-educação.

O trabalho do coletivo tem como uma de suas principais premissas o fortalecimento das relações comunitárias no território. A partir da construção de vínculos e momentos de troca, busca-se criar um espaço em que a vivência da infância e da adolescência possam ocorrer de forma segura, acolhedora e com o apoio de boas iniciativas. Em outras palavras, utilizando estratégias de comunicação não violenta e estabelecendo relações horizontais entre voluntários, crianças, adolescentes e famílias, o Centro Comunitário Joilson de Jesus contribui para a ressignificação de experiências locais, bem como para a resolução de conflitos diários. Complementarmente, um dos objetivos centrais do coletivo é interromper o ciclo da violência na faixa etária em que ela tende a ganhar estrutura e proporcionar aos seus beneficiários um local que assegure apoio efetivo a partir de atividades focadas na formação cidadã, no respeito e em valores éticos.

Atualmente, o Centro Comunitário Joilson de Jesus atende regularmente cerca de 120 crianças e adolescentes com idades entre 5 e 18 anos. O coletivo oferece diversas atividades culturais, pedagógicas, formativas, participativas e lúdicas, incluindo: oficinas de artes, rodas de conversas,

momentos de leitura, momentos de brincar, grupos de orientação e apoio familiar, sessões de filmes-debate, atendimentos individuais psicossociais e jurídicos, encaminhamentos para políticas públicas como garantia de direitos, oficinas de culinária, oficinas de saboaria artesanal, aulas de ritmo e percussão, aulas de dança e teatro, horta popular e visitas a museus e cinemas. Além das atividades mencionadas, o Centro Comunitário Joilson de Jesus também conta com o apoio de organizações da sociedade civil e coletivos parceiros que fortalecem a realização de ações artísticas, literárias, lúdicas e de participação popular, propiciando um ambiente de acolhimento e desenvolvimento individual e coletivo.

Território de atuação: Parque Santa Madalena
Endereço: Rua Rodrigues dos Santos, 747
Parque Santa Madalena
São Paulo - SP • 03982-190
E-mail institucional: ccjoilsondejesus@gmail.com
Redes sociais: @cc_joilsondejesus



COLETIVO BRINCANDO NA KEBRADA



O Coletivo Brincando na Kebrada inicia sua atuação em 2018, partindo da proposta de refletir sobre o exercício do brincar dentro da comunidade Vila Santa Inês, localizada na região de Ermelino-Matarazzo, na zona leste da cidade de São Paulo. Ao observar a realidade do brincar na comunidade, o coletivo se depara com um cenário em que cada

vez menos crianças e adolescentes brincam nas ruas e cada vez mais automóveis ocupam esses espaços. Nesse processo, também identifica uma ampliação no número de territórios controlados pelo tráfico de drogas, aumento da insegurança e uso exacerbado da tecnologia como ferramenta para preencher o tempo de crianças e adolescentes.

Percebendo o impacto negativo desse contexto sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes residentes na Vila Santa Inês, o Coletivo Brincando na Kebrada passa a elaborar estratégias para impulsionar a participação e o protagonismo infantil a partir da ocupação de ruas, praças, becos, calçadas e vielas, tornando esses espaços referências na construção de brinquedos e no resgate de brincadeiras tradicionais. Atualmente, o coletivo é composto por três integrantes voluntárias e trabalha de forma itinerante, desenvolvendo atividades lúdicas, pedagógicas e culturais em locais públicos, espaços ociosos e sedes de instituições parceiras. As ações são voltadas para crianças e adolescentes e buscam, de forma divertida, prazerosa, respeitosa e afetiva, fomentar um senso de pertencimento e a apropriação do próprio território.

Algumas das principais atividades realizadas pelo Coletivo Brincando na Kebrada incluem a montagem de contextos brincantes com brinquedos não estruturados e de cantos de leitura com livros que compõem um acervo afro-literário de curadoria do próprio coletivo. Além disso, as brincadeiras propostas perpassam importantes temas como raça, identidade, representatividade e ancestralidade, sendo as Vivências Afrodiaspóricas

uma grande referência no repertório do coletivo. Nesse aspecto, vale destacar que por meio de debates e de jogos e brincadeiras de origem africana e afro-brasileira, o coletivo trabalha a intersecção entre o brincar e questões raciais. No total, o Coletivo Brincando na Kebrada hoje atende, regularmente, cerca de 60 crianças e adolescentes com idades entre 0 e 13 anos.

Território de atuação: Vila Santa Inês
Endereço: atuação Itinerante
E-mail institucional: brincandonakebrada@gmail.com
Redes sociais:  @brincandonakebrada



COLETIVO ESPELHO, ESPELHO MEU



O Coletivo Espelho, Espelho Meu surge em 2015, quando um grupo de amigos resolve desenvolver ações contínuas para o público infantil, abordando primariamente a questão racial. A origem do coletivo, nesse sentido, está intimamente associada à história de vida e aos processos de construção da identidade dos seus próprios integrantes, fundamentando-se na compreensão de que a

questão racial deve ser trabalhada adequadamente desde a primeira infância. Por isso, um dos principais pilares da atuação do Coletivo Espelho, Espelho Meu é a Lei Federal nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da rede de ensino brasileira.

Por meio de atividades lúdicas e pedagógicas, o Coletivo Espelho, Espelho Meu dissemina conhecimentos relacionados à identidade e ancestralidade, procurando efetivar a aplicação da Lei nº 10.639/2003 não só em ambientes escolares, mas também em outros espaços, como comunidades e instituições parceiras. A partir de um trabalho realizado, sobretudo com crianças e adolescentes negros, o coletivo se empenha em atenuar o impacto de uma sociedade eurocêntrica e racista sobre a infância e adolescência, possibilitando que essas crianças e adolescentes se desenvolvam plenamente enquanto sujeitos de direitos. Em outras palavras, incorporando elementos educativos e recreativos à sua prática, o Coletivo Espelho, Espelho Meu se propõe a estimular a autonomia, a autoestima e a valorização de crianças e adolescentes negros para que possam se sentir mais seguros, confiantes e capazes de exercitar um reconhecimento positivo de si mesmos. Ao final de cada oficina facilitada, o coletivo almeja que as crianças e os adolescentes beneficiados possam se sentir fortalecidos em seus sonhos e aspirações, combatendo, assim, o racismo estrutural que se manifesta desde os primeiros anos de vida e se perpetua ao longo da vida adulta.

Atualmente, o Coletivo Espelho, Espelho Meu é composto por oito integrantes voluntários e realiza ações mensais regulares com aproximadamente 23 crianças e adolescentes com idades entre 7 e 18 anos. Algumas das ações propostas pelo coletivo incluem a confecção de bonecas abayomi como instrumento para discutir temas como solidão, sofrimento, resignificação e afeto, além da elaboração de um *Circuito Afro*, isto é, um roteiro que prevê idas a museus, cinemas e espaços históricos que dialogam com a História da África e com a cultura afro-brasileira. De grande destaque também é a oficina *Espelhos*, que dá nome ao coletivo. Essa atividade consiste em organizar crianças em uma roda e entregar caixas de sapato em cujos interiores há um espelho, informando que dentro de cada caixa está a imagem da pessoa mais bela e importante do mundo. Por meio de dinâmicas como essa, o Coletivo Espelho, Espelho Meu ajuda crianças negras a desconstruírem padrões estéticos e a se valorizarem como são.

Território de atuação: Vila Campestre
Endereço: Rua Artur Nunes da Silva, 19,
Vila Campestre, São Paulo - SP • 04332-080
E-mail institucional: espelhomeu.011@gmail.com
Redes sociais: @coletivoespelhomeu

ESPAÇO CULTURAL BECOS E VIELAS



O Espaço Cultural Becos e Vielas tem início em 2012, enquanto lugar de mobilização comunitária, mas sua origem remonta ao início dos anos 1990, quando uma moradora do bairro Jardim Trianon fez uma promessa de preparar anualmente um bolo para celebrar o Dia das Crianças junto às crianças do entorno. Com o decorrer do tempo, essa iniciativa culminou em um processo espontâneo de agrupamento de pessoas na garagem de um de seus integrantes, e posteriormente na inauguração da sede do Espaço Cultural Becos e Vielas na


qualidade de coletivo. Hoje, o coletivo é composto por sete integrantes voluntários e sua sede também serve de espaço para que outros coletivos da região possam realizar atividades de cunho artístico e cultural, fomentando novas formas de sociabilidade e convívio entre os moradores da comunidade.

O trabalho do Espaço Cultural Becos e Vielas se pauta, primeiramente, pela percepção de que é necessário prover acesso à cultura e ao esporte para crianças e adolescentes, principalmente no contexto

de um território onde predomina uma realidade de acesso precário a equipamentos públicos de lazer e cultura. Adicionalmente, o coletivo desempenha ações na perspectiva de aprimorar as condições de vida dos moradores do Jardim Trianon^o. A título de exemplo, estão atividades que visam à promoção de hábitos alimentares saudáveis e iniciativas de mobilização social que identificam problemas de infraestrutura no bairro e cobram soluções por parte do poder público. Em resumo, diante de desafios decorrentes da baixa presença do estado em territórios periféricos, o Espaço Cultural Becos e Vuelas se propõe a desenvolver um trabalho social com crianças, adolescentes e famílias, buscando construir novas oportunidades e melhorias no dia a dia dos moradores do bairro.

O Espaço Cultural Becos e Vuelas oferece, semanal e mensalmente, atividades artísticas, esportivas e pedagógicas que são frequentadas por aproximadamente 30 crianças e adolescentes na faixa etária de 4 a 13 anos de idade. Dentre as atividades esporadicamente articuladas pelo coletivo, figuram idas ao teatro que, além de proporcionarem às crianças e aos adolescentes beneficiados uma possibilidade de expandir suas percepções de mundo e ter contato com o

universo da cultura nacional, garantem o acesso à cidade e incentivam um senso de pertencimento. De modo geral, vale destacar que o Espaço Cultural Becos e Vuelas fornece e sedia uma ampla gama de atividades para crianças, adolescentes e suas famílias, incluindo: sessões de cinema, cafés da manhã comunitários, aulas de capoeira, dança e teatro, batalhas de rima, futebol de várzea, saraus, sessões de meditação e atividades ecológicas e de educação ambiental na horta urbana do coletivo.

Território de atuação: Jardim Trianon
Endereço: Travessa Irati, 175, Jardim Trianon,
Taboão da Serra - SP • 06783-195
E-mail institucional: becosevuelas1@gmail.com
Redes sociais:  @espacoculturalbecosevuelas



ESPAÇO CULTURAL JARDIM DAMASCENO



O Espaço Cultural Jardim Damasceno surge em 1991, quando moradores do bairro Jardim Damasceno, localizado na região da Brasilândia, na zona norte da cidade de São Paulo, decidem ocupar um galpão para desenvolver atividades de cunho comunitário. Desde 2012, a gestão desse lugar fica aos cuidados do Coletivo Espaço Cultural Jardim Damasceno, que é atualmente

composto por dez integrantes voluntários. Por ter se consolidado, ao longo dos anos, enquanto ponto de referência dentro da comunidade, hoje o Espaço Cultural Jardim Damasceno acolhe diversas pessoas do âmbito social, de coletivos periféricos a agentes comunitários de saúde, possibilitando que estes estreitem suas relações com os moradores do bairro e deem vazão às suas ações.

O histórico de atuação do Espaço Cultural Jardim Damasceno se fundamenta em uma perspectiva de propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer, em um território onde persiste uma realidade de escassez de equipamentos públicos. Fato é que, por exemplo, existem serviços insuficientes ou escassos de saúde e de contraturno escolar, apesar da significativa densidade demográfica do Jardim Damasceno. Diante desse cenário, o Espaço Cultural Jardim Damasceno se propõe a ser um lugar de livre expressão para artistas locais, de valorização da cultura, de denúncia de injustiças sociais, de mobilização dos moradores para incidência política nas pautas de moradia, meio ambiente, saúde e cultura, e, enfim, um espaço de construção de novas possibilidades e oportunidades.

Com um enfoque particular na infância e na adolescência, o Espaço Cultural Jardim Damasceno desenvolve atividades semanais e mensais voltadas a crianças e adolescentes com idades entre 0 e 18 anos. Para além dessa faixa etária, naturalmente, o espaço acolhe outros grupos sociais como mulheres e idosos. Algumas das principais ações disponibilizadas para as crianças e os adolescentes incluem: sessões de cinema com debate, atividades literárias, biblioteca para empréstimo de livros,

saraus, atividades ecológicas e de educação ambiental na horta urbana do coletivo, oficinas de dança de matriz africana, oficinas de culinária, orientações sobre alimentação saudável, momentos de livre brincar, campanhas de busca ativa de estudantes fora da escola e projetos sobre direitos humanos em parceria com universidades públicas. Atualmente, cerca de 60 crianças e adolescentes são regularmente beneficiados pelas atividades ofertadas pelo Coletivo Espaço Cultural Jardim Damasceno.

Território de atuação: Jardim Damasceno
Endereço: Rua Talha-Mar, 105, Jardim Damasceno, São Paulo - SP • 02879-030
E-mail institucional: espacoculturaldamasceno@gmail.com
Redes sociais:  @espacoculturaldamasceno





COLETIVOS

NA ATIVA



As hortas comunitárias são de uso coletivo e cultivadas a partir da solidariedade dos moradores das comunidades pelas quais estão inseridas. Elas são uma das alternativas para terrenos públicos abandonados que, muitas vezes, tornam-se grandes depósitos de entulho e uma área de transmissão de doenças. As hortas transformam os espaços ociosos em espaços revitalizados para a produção e acesso à alimentação saudável. Além disso, contribuem para a melhora da qualidade de vida daqueles envolvidos, uma vez que a sua prática possui efeitos positivos nos aspectos educacionais, sociais e nutricionais.

A importância do coletivo na área social: distribuição de alimentos e cultivo de horta comunitária

AUTORES

Claudiana, Maria Eudóxia e Zudão (voluntários do Espaço Cultural Becos e Velas)

RESUMO

Nossa prática é a criação de uma horta popular, que nasce do sonho da comunidade de ter acesso à terra para plantar e construir um território educador que se nutre, envolve, valoriza e compartilha dos saberes, arte e cultura da quebrada.

BREVE DESCRIÇÃO

A criação de uma horta popular no Jardim Trianon, Taboão da Serra - SP, envolve o sonho dessa e de muitas comunidades periféricas de acessar terras para plantar – algo que tem como motivação tanto nossas raízes na cultura do campo (muitas pessoas aqui vêm da Bahia e de outros estados do Nordeste, onde foram agricultores ou são filhas e filhos de agricultores), como a necessidade de

alimento acessível e de ervas medicinais tradicionais. E não só isso: experimentar e compartilhar vivências periféricas comuns.

Em 2018, começamos o trabalho de criação da horta popular com a realização de mutirões em um terreno abandonado e cheio de entulho, juntamente com a construção da sede do coletivo Espaço Cultural Becos e Velas. Durante o ano de 2019, montamos um planejamento e fizemos articulações entre os coletivos envolvidos com as questões de hortas comunitárias em Taboão da Serra, além de continuarmos fortalecendo os vínculos dentro da nossa própria comunidade. Em 2020, com o início da pandemia de **Covid-19** e a consequente preocupação pela

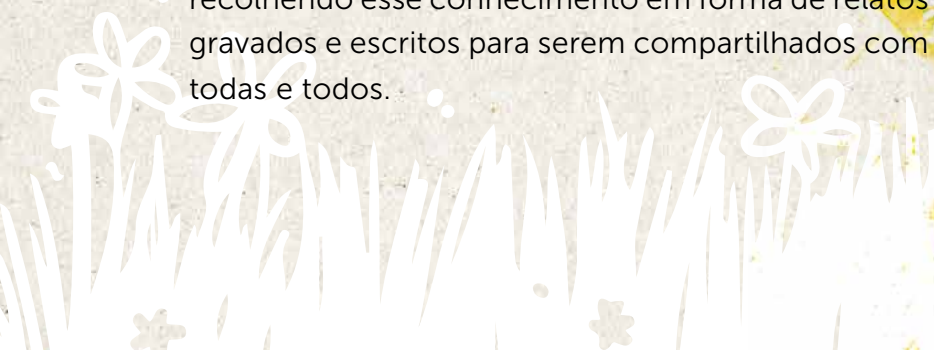
No ano de 2020, foram registradas 19,1 milhões de brasileiros vivendo sem ter o que comer. Os últimos dados apontam que o número de pessoas convivendo com a fome cresceu para 33,1 milhões de pessoas em 2022.

Fonte: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil.

insegurança alimentar e o empobrecimento crescente das famílias, os mutirões ganharam força. Tudo foi feito com os recursos do bairro e a sabedoria prática das mulheres, homens, jovens e crianças.

Desde então, o envolvimento comunitário com a horta popular se dá por meio do mutirão semanal, em que, além de trabalhar a terra, plantar e colher o alimento, praticamos a educação ambiental a partir das vivências periféricas e locais, dando voz e fortalecendo as relações entre pessoas de diferentes gerações. Somamos aprendizados da agroecologia, da agrofloresta, da agricultura campesina, do trabalho de base e da arte e cultura de rua. Coletamos água de chuva para fins de irrigação, compostamos os resíduos de alimentos, produzimos nosso biofertilizante e, por meio da conexão com outras hortas periféricas da zona sul da cidade de São Paulo, organizamos e compartilhamos sementes e insumos.

Por fim, as sabedorias dos moradores mais velhos do bairro é muito rica e diversa, sendo comum a procura por ervas medicinais, além da troca de mudas e sementes da horta e para a horta. Esses momentos são preciosos e, por isso, estamos recolhendo esse conhecimento em forma de relatos gravados e escritos para serem compartilhados com todas e todos.





Horta Comunitária - Espaço Cultural Becos e Vielas.

Composteira do coletivo Becos e Vielas - utilizada na transformação do lixo orgânico em adubo para a horta comunitária.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

1. Transformar um terreno abandonado em um espaço de plantio de alimento sem veneno e de acesso livre para a comunidade.
2. Conviver em um espaço verde, com sombra, agradável e seguro para crianças, mulheres e pessoas de todas as gerações.
3. Educar a partir da troca de vivências e saberes periféricos (como a periferia propõe soluções para alimentação, moradia, economia de água e luz, adubação e agricultura natural).
4. Espaço de escuta e auto-organização da comunidade para enfrentar problemas que passamos juntos.
5. Solidariedade, autonomia e bem-viver da periferia.

PRINCIPAIS RESULTADOS (JÁ ALCANÇADOS)

1. A horta se estruturou a partir de mutirões regulares. Ocupamos todo o espaço com canteiros de hortaliças, ervas medicinais, árvores frutíferas (bananeiras, mamoeiros, mangueiras, pitangueiras, limoeiros, abacateiros e aceroleiras)

De acordo com a Embrapa os objetivos e benefícios das hortas comunitárias são:

- Utilização de espaços;
- Segurança alimentar;
- Desenvolvimento local;
- escoamento de águas da chuva;
- Diminuição da pobreza;
- Geração de renda.

A horta comunitária do coletivo Becos e Vieiras é um exemplo vivo de como os objetivos teóricos funcionam muito bem na prática.

e raízes (mandioca, batata-doce, inhame, batata inglesa, açafrão da terra e gengibre). Já colhemos e replantamos couve, alface, tomatinho, coentro, cebolinha, alho-poró, abóbora, milho, batata-doce, inhame, amendoim e feijão guandu. Colhemos e beneficiamos a comunidade com açafrão-da-terra.

2. A horta tem portão sem tranca para permitir o acesso livre de quem precisa colher ou quer mexer na terra. Nesse tempo, observamos a entrada das crianças para brincar, de mães com seus bebês para o banho de sol, dos mais velhos e mais velhas trazendo mudas, buscando plantas para usos tradicionais ou simplesmente passeando e exercendo o direito ao lazer.
3. Compartilhamos receitas e preparos de alguns alimentos menos conhecidos na Região Sudeste do Brasil, como taioba, palma e coração de bananeira, que temos em abundância. Além disso, colher hortaliças, raízes e milho da horta gerou um impacto positivo no orçamento doméstico de alguns voluntários. Para economizar água da concessionária, construímos um sistema de

captação e armazenamento da água de chuva a partir dos saberes dos mestres de obras do bairro. A compostagem é outro momento de troca educativa: ao compostar os restos orgânicos produzidos pelas famílias, observamos a transformação do resíduo em solo vivo, fechamos o ciclo do alimento e, de quebra, economizamos o preço do adubo químico. Em termos de moradia, observamos o preparo da tinta de terra, acessível para as crianças em termos de manipulação, pois é atóxica. Com ela, pintamos a fachada de algumas casas e também a sede do Espaço Cultural Becos e Vielas.

4. A horta, pela sua natureza acolhedora (sombra, verde e umidade), se tornou um espaço de encontro informal no bairro, onde as pessoas podem falar dos problemas que as afetam individualmente ou afetam a comunidade coletivamente. A escuta e a troca de ideias que acontecem são fundamentais para a busca de caminhos e soluções. No início da pandemia de Covid-19, surgiu a necessidade de fortalecer uma rede de cuidados para as famílias chefiadas por mulheres (cerca de 40% das famílias, conforme dados obtidos pelo coletivo Espaço Cultural Becos e Vielas). As mulheres se organizaram em times locais para fazer as nossas colheitas e

garantir que as doações chegassem a quem, de fato, mais precisava.

5. Essas ações trazem um sentido de bem-estar, pertencimento e de apreciar ser parte dessa quebrada. Nas palavras de algumas moradoras, foi radical a mudança na paisagem e "saber que foi a gente que fez e agora a gente pode colher" traz satisfação grande. Em que pese a produção ser pequena e a necessidade por buscar a sobrevivência não deixar tempo livre para quem gosta poder participar mais da horta, a luta para cuidar da terra partilhada já ecoa na comunidade.

Nossas crianças e adolescentes são sujeitos de diferentes direitos, mas são principalmente sujeitos políticos, sociais e culturais. Reconhecer e proteger esses direitos é fazer com que a infância e adolescência sejam protegidas por espaços de convivência em nossas cidades.

São nos espaços de convivência que as crianças interagem com diferentes linguagens e possuem a oportunidade de explorar a comunidade que as cerca, além do seu próprio mundo interior. Cidades inclusivas tem o poder de assegurar uma infância plena para um desenvolvimento integral das nossas crianças.

Ocupação no Território Brincante: Crianças em Foco

AUTORES

– Coletivo Brincando na Kebrada

As ruas são excelentes professoras de Filosofia. Pratique andar sobre elas.

Sérgio Vaz



Brincar é a atividade principal de bebês e crianças. É no brincar que a criança aprende e se desenvolve: ela aprende brincando, aprende a fazer escolhas e tomar decisões – tarefa difícil para muitos adultos, hoje em dia. É na brincadeira que ela tem a oportunidade de descobrir quem ela é, seus desejos e necessidades. Assim, desde pequena, começa a ser mais autônoma e autoconfiante. A brincadeira é uma das principais maneiras de a criança ser e estar no mundo, “em grande medida, a criança é um ser brincante” (Savio, 2017, p 17).

Brincar é um direito garantido por lei e está previsto no Capítulo II do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trata “Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade”, especificamente no artigo 16, inciso 4, que traz “o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se”. Portanto, nós, do Coletivo Brincando na Kebrada, atuamos em defesa desse brincar em nossa comunidade que é a Vila Santa Inês, em Ermelino-Matarazzo, atuando também nas comunidades do nosso entorno, em quilombos e outros espaços. Os brincares acontecem nas ruas, praças e quadras, pois acreditamos que o brincar é diverso e acontece em diferentes lugares. Para Tião Rocha: “A rua é o lugar onde se vive a cidadania plena e as crianças e jovens não devem ser privados



deste convívio durante seu desenvolvimento. É o lugar da festa, da religiosidade, do carnaval, das nossas manifestações políticas. Por que queremos tirar os meninos dela em vez de a tornarmos um espaço de aprendizagem permanente, produtor de generosidade e solidariedade?" (Rocha, 2017).

Para nós do Coletivo Brincando na Kebrada, esse território é um espaço de formação e transformação. Ocupar os espaços desse lugar para brincar com as crianças de forma efetiva, qualitativa, educativa, divertida, respeitando suas diversidades e dando voz para elas é uma maneira de contribuir com nossos saberes e conhecimentos, ou seja, devolver para essa comunidade o que recebemos em nossa trajetória pessoal e profissional, pois somos crias desse território.

Acreditamos também que não é qualquer brincar que serve. Por isso, proporcionamos uma brincadeira de qualidade, segura e estimulante, um brincar saudável, afastando as crianças da vulnerabilidade. Também planejamos e organizamos os espaços de brincar pensando na estética, pois acreditamos que a brincadeira tem que ser um convite que começa nos olhos. Assim como os chefs de cozinha que figam seus clientes primeiramente



LUÍZ GUSTAVO

Mãe Alice



pelo olhar, é preciso fisgar o olhar das crianças para a brincadeira, para que elas tenham interesse e possam, de fato, brincar saboreando e explorando todos os seus sentidos, principalmente porque são crianças periféricas e pretas, então qualquer brincar não serve. Queremos ressignificar nosso território para que seja lugar de potência, porque já é lugar de resistência. Queremos dar vez e voz aos meninos e meninas que ocupam esse território.

O direito do brincar é um dos direitos mais violados em nosso país, principalmente para crianças negras. De acordo com os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados em 2019, são 1,7 milhões de crianças e adolescentes estão em situação de trabalho infantil no Brasil, desse total, 66,1% são negros.

Desse total:
66,4 % são meninos;
53,7 % têm entre 16 e 17 anos;
75,8 % trabalham na zona urbana.

Fonte: Pnad Contínua 2019.

Os dados da Pnad Contínua trimestral (1º trimestre de 2023) também nos revelam que o estado do Pará concentra 89% de crianças negras trabalhando, é o maior percentual dentre todos os estados brasileiros.

Dessas crianças negras em situação de trabalho infantil no estado do Pará, 91% ainda estão dentro das piores formas de trabalho infantil. Evidentemente, esses números refletem na vida adulta. Dennis de Oliveira, professor da Universidade de São Paulo, diz que é comum a sociedade naturalizar a ideia de a criança negra trabalhar. Não há indignação social a respeito de uma criança negra trabalhando, pedindo esmolas ou limpando vidros, porque ainda existem mitos como "o trabalho educa" e "é melhor do que roubar".

A criança negra, nesse contexto, passa a ser olhada como mão de obra e não como cidadã. E, infelizmente, isso representa os resquícios de um racismo estrutural que vem desde a escravização.

Os estados do Brasil com maior índice de trabalho infantil entre crianças negras são:

Pará - 89%;
Amazonas - 86%;
Acre - 86%.

Desses, os estados com maior índice entre as piores formas do trabalho infantil entre crianças negras são:

Pará - 91%;
Tocantins - 90%;
Amazonas - 88%.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (1º trimestre de 2023).

No ano 2000, foi criada a Lei nº 10.097/2000 (Lei da Aprendizagem), visando regulamentar o trabalho de jovens entre 14 e 24 anos. Desse modo, a lei garante que os jovens trabalhem, sem interferir na sua vida escolar, sendo uma ferramenta para a erradicação do trabalho infantil. As crianças são cidadãs plenas, não apenas sujeitos em construção. Tempo, espaço seguro e liberdade para brincar são as bases para uma infância feliz que permita que elas sejam crianças no presente e pessoas adultas com mais chances de prosperar no futuro.

Número de contratos de aprendizagem no Brasil em 2021 entre adolescentes de 14 a 18 anos: 257.074.

Desagregado entre sexo temos:

Feminino: 128.672;

Masculino: 128.402.

Proporcionalmente, o número de aprendizes no Brasil é composto por 50% de meninas e 50% de meninos.

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) - Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho (CGET)/Departamento de Emprego e Salário (DES)/Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)/Ministério da Economia (ME).e convivência familiar e comunitária.

São considerados elementos fundamentais para que o direito à cidade ocorra de forma inclusiva:

Vida: cidades seguras, com políticas de segurança pública que preservem a vida de todos;

Saúde: disponibilidade de unidades de atendimento adequadas em todos os bairros;

Alimentação: viabilização de programas de alimentação comunitária, com a valorização de feiras livres, criação de cinturões verdes e hortas coletivas;

Acesso à educação, esporte, lazer e cultura: espaços que promovam dignidade, liberdade e convivência familiar e comunitária.

Fonte: MAGALHÃES, V. A. C. Direito à cidade de Maceió: análise histórica e perspectivas para atuação do Ministério Público. 2020. E-book. 98pp.

O conceito de direito à cidade é bem amplo e está diretamente relacionado com a democratização dos espaços urbanos e seus serviços. Os desenvolvimentos das cidades marcam profundas desigualdades em suas dinâmicas, seja nos grandes centros urbanos ou nas áreas rurais, seja nas capitais ou no interior. Em qualquer realidade, quanto maior a dificuldade no acesso à cidade e aos espaços de convivência, maior é a desigualdade existente.

O que vemos com frequência nos grandes centros urbanos é o investimento cada vez maior nas regiões mais nobres das cidades, as regiões centrais cada vez mais caras, fazendo com que a maioria da

população seja expulsa para as áreas periféricas, nas quais o investimento em serviços e equipamentos públicos são mais escassos para quem mais precisa.

A luta pelo direito tem como objetivo promover cidades mais igualitárias, onde a cidadania seja preservada. Um exemplo vivo de atores essenciais na desconstrução das barreiras das desigualdades impostas dentro das cidades são os próprios coletivos.

Os coletivos oferecem oportunidades que são diariamente negadas a crianças e adolescentes que estão à margem da acessibilidade das cidades. Eles são essenciais para a construção de cidades mais justas, reivindicando seus direitos a partir da ocupação dos espaços públicos.

É a partir dessas iniciativas que as crianças e adolescentes têm a possibilidade de compreender sobre os espaços que transitam, brincam e moram. Eles se tornam mais autônomos e aumentam o sentimento de pertencimento daquele território.

Eles podem aprender a questionar sobre reflexões que impactam diretamente sua realidade como mobilidade urbana, moradia, conservação, transporte, cultura, esporte e lazer. É a partir da manifestação e ocupação coletiva que crianças e adolescentes poderão usufruir dos espaços de convivência que lhes são de direito.



Acesso à Cidade e seus Desafios na Perspectiva de Gênero, Raça e Classe





FANZINE

MINAS
DAS
ARTES

APRESENTAM:

ACESSO À CIDADE

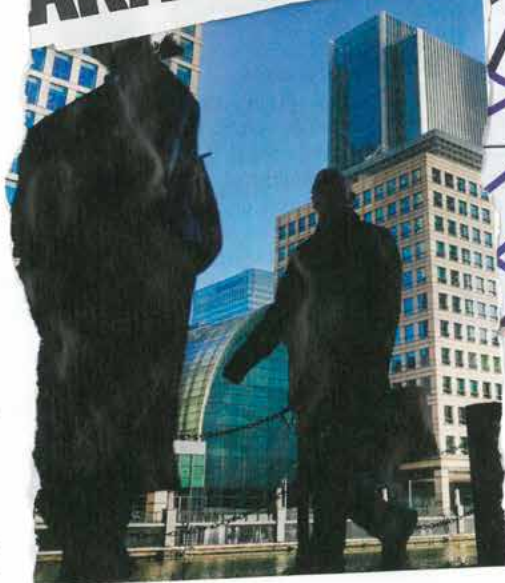
e

SEUS Desafios

NA PERSPECTIVA DE:
GÊNERO, RAÇA E CLASSE

B
M
O
L
I
U

MALABARISMO
PARA SOBREVIVER



AUTORIA

Centro Comunitário Jilson de Jesus

GÊNEROS

Gênero é entendido como aquilo que diferencia socialmente as pessoas, levando em consideração os padrões histórico-culturais atribuídos para os homens e mulheres.

**PORQUE NÓS MULHERES NÃO
EMOS OS MESMOS DIREITOS
QUE OS HOMENS**



DIFERENÇAS entre umas das SITUAÇÕES DOS GÊNEROS

Os homens e as mulheres tem diferentes privilégios nas mesmas situações do dia-a-dia.

No geral, a maioria das situações são os homens que tem mais privilégios que as mulheres.

As mulheres são assediadas nos transportes públicos, cuidam de seu lar ou invés de ocupar um pouco da cultura pela falta de não ter tempo por conta de seu trabalho!

Continuaremos na luta pela igualdade de gênero! *

FANZINE



RAÇA

A raça é um conceito que obedece a diversos parâmetros para classificar diferentes populações de uma mesma espécie biológica de acordo com suas características genéticas ou fenotípicas.

A composição étnica e racial da sociedade brasileira é resultado de uma confluência de pessoas de várias origens étnicas diferentes, dos povos indígenas originais, negros africanos, dos colonizadores portugueses e de posteriores ondas migratórias de europeus, árabes e japoneses, além de outros povos asiáticos e de países sul-americanos.

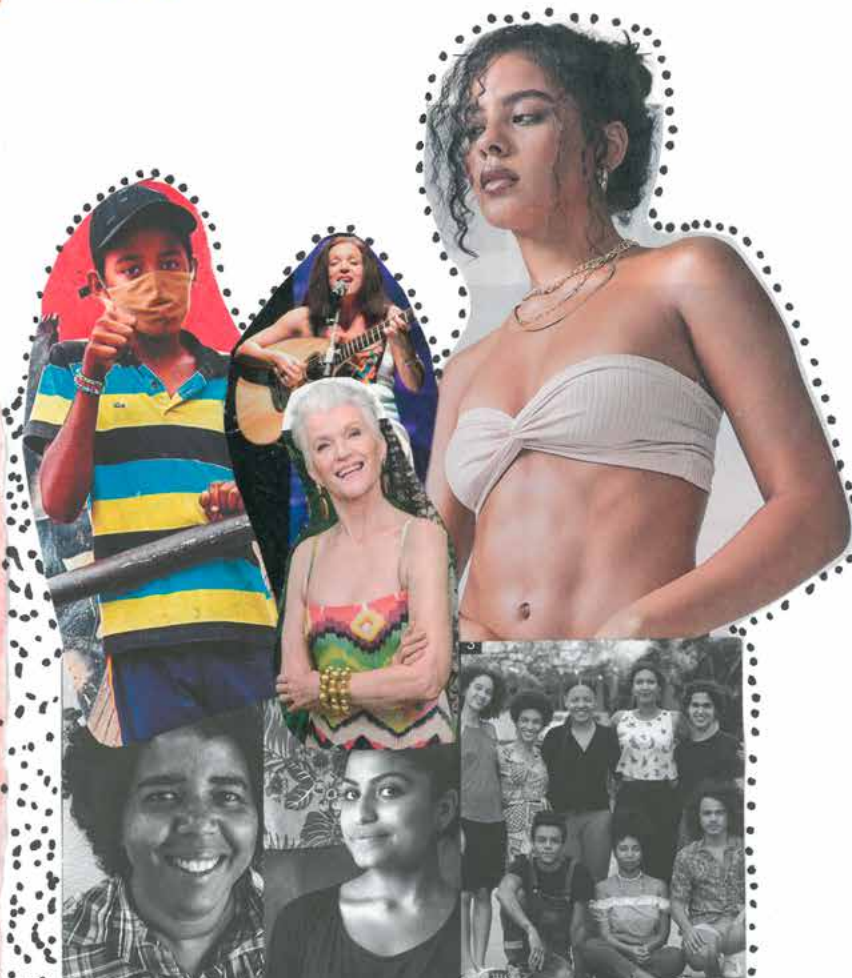


grupos étnicos no Brasil (2010)

- Brancos (47.51%)
- Pardos (43.42%)
- Pretos (7.52%)
- Amarelos (1.1%)
- Indígenas (0.42%)



As pessoas Pretas e Pardas são mais encontradas em periferias e muitas têm pouco acesso às coisas da cidade.



População Brasileira - 2022

Brancos: 47,5%

Pardos: 43,4%

Pretos: 7,5%

Pretos ou Pardos: 50,9%

Fonte: Censo demográfico 2022: estratificado por cor/raça pela Fundação Abrinq utilizando a taxa de crescimento calculada com base no Censo demográfico de 2010.

CLASSE

Uma classe social é um grupo de pessoas que tem status social similar segundo critérios diversos, especialmente o econômico assim como o que família pertence e nasceu, o chamado ter ou não nascido em "berço de ouro".

Hoje muitas pessoas pegam transporte público. A maioria delas são por necessidade... enfrentar Trens, metrô e ônibus lotado para comprar o pão do amanhã, as vezes nem conseguem comprar o pão.

A pobreza existe não porque é difícil saciar a fome dos pobres. A pobreza existe pela dificuldade de saciar a ganância dos ricos





POEMA

"EU SEI"

Autoria

Malu (Adolescente beneficiária do Centro Comunitário Joilson de Jesus)

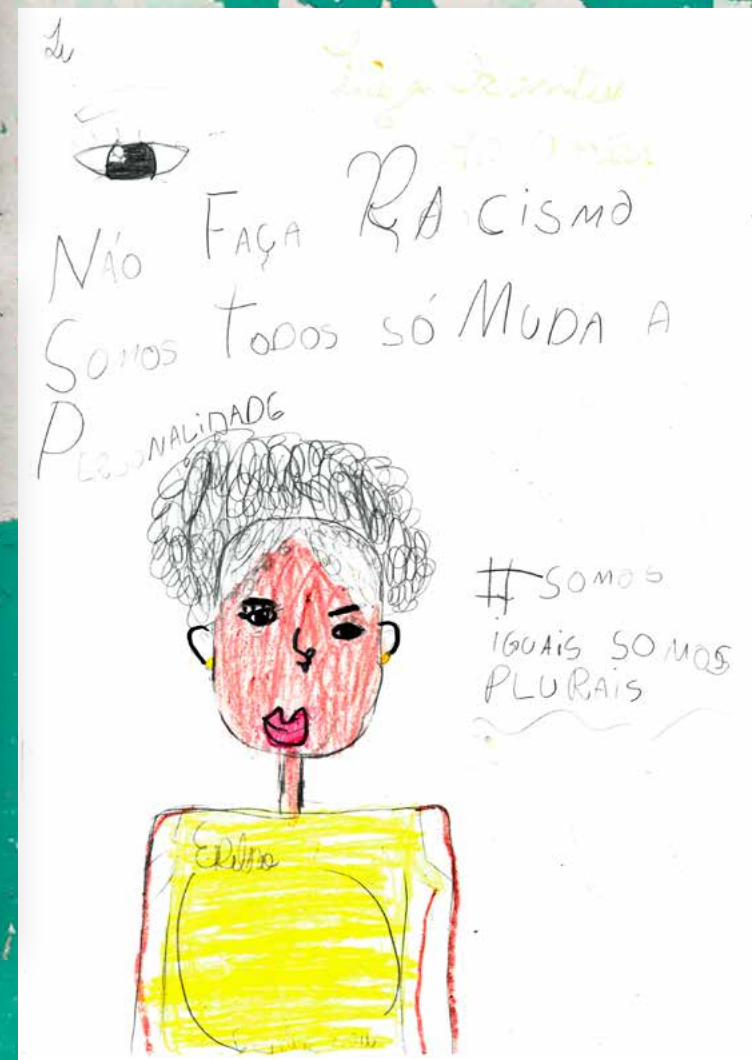
Eu sei que a vida não está fácil
Mas desde quando estive?
Até quando éramos criança o
medo sempre nos conteve
Desde muito antes tinha escravo
Hoje eu escrevo
Pra fugir da escravidão de ser eu mesmo
Nessa vida eu não quero ser melhor do que ninguém
Eu não quero vencer
Porque sei, que você é melhor que eu em algo
E eu melhor em outro do que você
Eu não me importo com as coisas
que de mim, você vai dizer
Eu sou poeta, de uma forma ou outra
com a dor eu vou aprender
Vamos deixar pra lá essa rivalidade
A vida é muito curta pra tanta competitividade

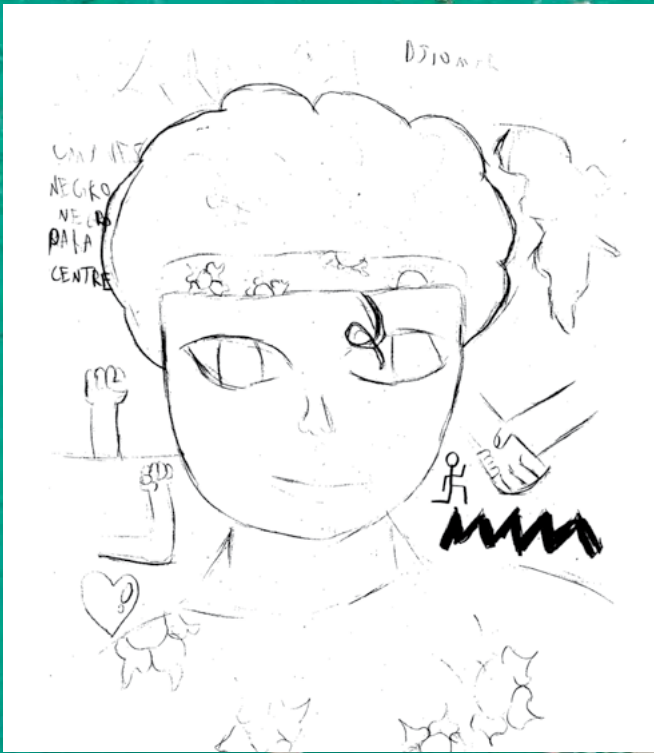
RACISMO

HELOISA LOPES de oliveira
9 anos

RACISMO É CRIME







24.04.2023 *Trabalho A Harmonia*

Sua Presença

É o que me dá

Notas de aula 24.07.23

OS NEGROS que
Decidem o que é RASISMO



Disa ã

AS MULHERES Decidem
o que é MACHISMO



Nã e'

COMUNIDADE LGBT Decide
o que é LGBTFOBIA



ao RASISMO

Você só pode
Decidir Nã
Ser um branco
Babaca





RACISMO NÃO É BRINCADEIRA

EXEMPLOS DE RACISMO



↑
ISSO ACIMA É O QUE
FEREM
PESSOAS

Mikaelly Trayla Jesus Esteves/10

Vidas negras importam.

Vidas brancas também.



O sangue é da mesma cor, somos apenas de cores de pele diferente. Afinal somos todos iguais.

#Racismo é crime

Shcila Callisaya C.

Coletivo Espelho, Espelho Meu: Resgate da autoestima e fortalecimento da identidade da criança preta

AUTORIA Coletivo Espelho, Espelho Meu

APRESENTAÇÃO

O Coletivo Espelho, Espelho Meu traz em sua essência a autoestima, prática da autonomia e a valorização, com olhares mais afetuosos sobre a criança preta, como ser humano: um ser que pensa, sente, age e é importante. Portanto, foi preciso pensar práticas e ações que o ajudassem a se ver como um indivíduo fortalecido, a partir das quais sua autoestima fosse estimulada, sua integração em grupo fosse incentivada, seu reconhecimento positivo fosse aguçado, levando-o a criar ou recriar a sua autoimagem, mostrando-se um ser mais confiante, mais seguro e consistente. No livro Saberes e Diversidade: Aspectos Étnico-Raciais para Construção e Formação Docente, destacam-se as oficinas que o Coletivo Espelho, Espelho Meu realiza e a intenção de fazer com que crianças pretas possam se desenvolver como seres humanos de forma integral, possibilitando que seus sonhos, expectativas e aspirações sejam grandes e fortes como deveriam ser. Uma das oficinas facilitadas pelo coletivo é denominada “Espelhos” e tem como

objetivo propiciar um momento de descobrimentos e percepções de suas características, permitindo pensar sobre as diversas possibilidades de ser um ser único no mundo. Nessa oficina, as crianças se sentam em roda e cada uma recebe uma caixa de sapato; ao abrir a caixa, cada criança descobre um espelho que reflete a pessoa mais importante e linda do mundo: ou seja, ela mesma. Tamanho significado teve esse momento que deu origem ao nome do Coletivo.

O Coletivo Espelho, Espelho Meu é formado por uma equipe multidisciplinar, composta por oito pessoas de três principais áreas (educação, assistência social e pedagogia). São elas: Viviane, Michelle, Luana, Robson, Wellington, Tatiana, Edson, Dalva, Anderson e Felipe Neves (em memória). A união e trabalho dessa equipe, conectada por um propósito maior que todos nós, é firmada na esperança de transformar a realidade de muitas crianças e famílias pretas e, conseqüentemente, transformar a sociedade brasileira. A equipe do Coletivo Espelho, Espelho Meu é constituída por pessoas comuns, inconformadas com a situação do povo preto no Brasil e que acreditam na possibilidade de transformar essa realidade. São guerreiros que vestem suas armaduras bordadas de experiências, esperança,

doação, altruísmo e coragem. Com um trabalho, que se pode chamar de "trabalho de formiguinha", essa equipe pouco a pouco tem alcançado lares, corações e espaços públicos, trazendo seu discurso transformador e urgente em uma sociedade ainda tão racista e excludente. Essas "formiguinhas" mostram como é um trabalho feito com propósito e missão, a ponto de carregar até cem vezes o peso de seu próprio corpo para tocar quantas vidas for possível.



Contexto histórico: crianças pretas em nossa sociedade

Conforme Marcus Vinicius Fonseca pontua no livro *A História da Educação Negra no Brasil*, a historiografia brasileira sufoca as diferentes formas de abordagem com a população negra. Ao fazer uma comparação entre o período de escravidão e as condições modernas, constata-se a condição de negação do sujeito negro dentro da sociedade. Esse processo desencadeou no país um movimento de sonegação que dificultou a recuperação da subjetividade da população negra.

Além da pesquisa teórica sobre esse tema, é importante propor um projeto de intervenção na realidade material, com o objetivo focar no contexto histórico da infância no Brasil escravista. Vários autores tratam desse tema, como é o caso do historiador Rafael Domingos Oliveira da Silva. Em sua obra, ele descreve a época em que a criança era vista como uma espécie de "animal doméstico" e não era considerada gente.

A sociedade branca a enxergava de forma depreciativa, atribuindo a ela uma imagem como ser do mundo animal do menos qualificado

possíveis. Inclusive se referiam aos negros como animais ou bestas, a mulher escrava passava de "grávida" a "prenhe", e seus filhos eram, então, chamados de "crias". Videira (2007, p. 102-103), em sua análise sobre a criança negra e a discriminação étnica na escola, constata o quanto a infância negra é permeada de violência, acarretando auto rejeição, rejeição de seu outro igual e rejeição por parte do grupo; desenvolvimento de baixa autoestima, com ausência de reconhecimento da capacidade pessoal, timidez, ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; dificuldade de aprendizagem etc.

Nesse sentido, a criança preta, ao ser inserida socialmente, já recebe uma carga violenta de racismo, em que práticas discriminatórias começam a ganhar força e a se cristalizarem. Cargas essas que posteriormente serão naturalizadas pelo indivíduo, desse modo, fazendo-o acreditar que sua constituição como sujeito, indivíduo, acontece de forma inferior à do branco, acarretando males e marcas que o perseguiram por toda a vida.

Assim, os objetivos da Lei nº 10.639/2003, consideramos de extrema relevância trabalhos educativos realizados pela sociedade civil uma vez que a realidade demonstra que a atuação do Estado não é suficiente para gerar uma transformação histórica de reparação dos males causados pelo racismo estrutural que mantém viva a violação dos direitos humanos das crianças pretas.

APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.636

Assim, adiante analisaremos os fundamentos teóricos e como se deu a aplicação da Lei nº 10.639/2003, seus êxitos e falhas. Sancionada em 2003, a Lei nº 10.639/2003 teve como objetivo alterar as Diretrizes e Bases da Educação em toda a rede de ensino. Na ocasião, foi incluído na grade curricular o estudo de "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana", dando aos profissionais da rede a liberdade para atuação na execução desse estudo nas escolas.

Assim, a lei surge com o propósito de lutar contra o racismo dentro da formação escolar e humana. Sua aprovação foi fortemente comemorada pelos grupos dos movimentos negros que entenderam que a "produção de conhecimento" sobre o

tema poderia influenciar de forma mais incisiva a representação da comunidade negra no Brasil.

Por alterar especificamente toda a legislação educacional do Brasil, a Lei nº 10.639/2003 visou a atingir todas as escolas e sistemas de ensino do país. Em seu texto de aprovação, as ações propostas incluíam a formação de professores para diversidade étnico racial, ampliação da consciência dos educadores de que a questão étnico-racial diz respeito a toda sociedade brasileira, produção de intelectuais negros sobre as relações raciais em nossa sociedade etc.

Nesses seus vinte anos, a lei recebeu diversas políticas públicas de implementação que almejavam potencializar sua aplicação. Durante esse percurso, estudos apontaram as dificuldades e a má aplicação que resultaram em ações inconclusivas e de baixa eficiência.

Para uma maior compreensão, apontamos as ineficiências desses resultados e indicamos como a falta do estudo desse tema dentro das escolas gera e potencializa o racismo, impactando na formação de estudantes negros (as). Um exemplo dessa situação é o município de Cordeirópolis,

uma cidade do interior do estado de São Paulo que carrega consigo a obscuridade histórica da população afrodescendente e a falta de pesquisas no eixo educacional voltado à essa população.

Para maior compreensão acerca da fraqueza na aplicação da Lei nº 10.639/2003 e o seus impactos, devemos dedicar nossa atenção a partir do século XX, quando as diretrizes dos movimentos negros foram inseridas no sistema educacional do país. O autor Marcus Vinícius, que é organizador do livro *História da Educação dos Negros no Brasil*, descreve que a tardia extinção da escravidão colaborou para o atraso desse ensino nas escolas, já que não era permitido que escravos fossem alfabetizados, o que suprimiu a importância da comunidade negra na construção do país. Esse processo histórico, atualmente, se reflete em índices nacionais: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que em 2016 as taxas de escolarização para pretos e pardos era de 4,2% enquanto a população branca era de 9,9%.

Diante desse fator e diversos outros foi promulgada em 2003 a Lei nº 10.639 que completa 20 anos neste ano, percorreu ao longo

destes anos em diversas incertezas que fizeram chegar neste atual momento com mais dúvidas do que certezas.

Um levantamento realizado pela Geledés Instituto da Mulher Negra e pelo Instituto Alana publicado em 18 de abril de 2023, no Brasil de Fato, revela que 71% das redes municipais de ensino do país deixam de colocar em prática o que determina a Lei Federal nº 10.639/2003, que determina que escolas devem ensinar história e cultura afro-brasileira. Enquanto isso, apenas 29% das secretarias municipais de educação mantêm ações consistentes para que a legislação – que completou vinte anos no início de 2023 – entre efetivamente em vigor.

Partindo de várias análises no decorrer dos 20 anos da Lei nº 10.639, o Coletivo tem o intuito de promover o acesso à educação antirracista por meio de projetos, planejamentos e formações, posteriormente explicaremos em detalhes a organização e metodologia de funcionamento do Coletivo Espelho Espelho Meu, em seu trabalho de intervenção social que atua em espaços não escolares paralelamente à aplicação da Lei nº 10.639/2003, fomentando a cultura afro-brasileira.

ATIVIDADES REALIZADAS PELO COLETIVO ESPELHO, ESPELHO MEU

As atividades do coletivo são realizadas, a partir do lúdico, e trabalham a autoestima das crianças, além de despertar o senso crítico. São ensinados o respeito às diferenças e como lidar com situações de conflito, causadas pelo racismo e preconceito. Alguns exemplos são as “Máscaras africanas”, que tem como objetivo proporcionar diversificar a cultura artística africana e suas influências na formação cultural brasileira; “O que eu vejo me representa”, com imagens pretendem ampliar a representatividade, trazer referências de profissionais pretos promovendo a criticidade e o diálogo; “Pintando minha cor de pele”, objetiva desmistificar o conceito único de cor de pele e mostrar a diversidade de cores presente no Brasil questionando e argumentando de forma lúdica os lápis ditos – cor de pele como rosa, salmão, nude etc.; “Confecção de colares com o foco na africanidade”, atividade para conhecer a tradição dos artesanatos africanos, por meio de elementos naturais, valorização do meio ambiente, importância da arte e estímulo da criatividade. “Dinâmica Caixa surpresa”, dinâmica que trabalha a autopercepção, reflexão sobre semelhanças e diferenças, construção da identidade e trabalho a

fim de elevar a autoestima das crianças. Por meio de um simples espelho escondido na caixa as crianças podem se reconhecer como especiais e únicas. “Confecção de fanzine”, visa explorar esse gênero textual por meio de pesquisas e com isso incentivar o prazer pela leitura e escrita trabalhando também autoestima culminando na confecção de um fanzine. “Pé na África”, por meio do brincar com um jogo, as crianças têm oportunidade de conhecer mais referências dos países do continente africano além de aprofundar seu conhecimento da diversidade cultural do continente, estimulando a expressão corporal presente em África.

O fanzine surgiu na década de 1930 nos Estados Unidos, com os fãs de ficção científica, que escrevendo pequenos textos como artigos e boletins de informação sobre esse gênero, trazendo ilustrações, histórias em quadrinhos, poesias, músicas, etc. Passando a ser utilizado como expressão artística é um recurso para disseminar ideias (Ferreira; Ceará, 2012, apud Magalhães, 1993).

Existem diferentes definições para fanzine, mas todos se utilizam da ideia de que a palavra é fruto da contração das palavras. Caracterizando-se como publicação alternativa e independente,

desenvolvida por meio de uma determinada temática. Sua essência tem o caráter amador, sem fins lucrativos, produzida a partir do interesse pelo assunto veiculado, como meio de propagação ou potencialização de ideias e concepções de grupos.

Utilizamos essa opção de produção escrita, vinculada para questão racial e a Lei nº 10.639 pois, além de ser uma produção de baixo custo, leva em consideração aspectos como, originalidade, exemplar único, produção independente e linguagem simples, como também ser uma criação individual ou coletiva.

Para Andrade e Senna (2015, p. 215), a produção do fanzine no ambiente escolar vem na contramão da rigidez que permeia o contexto educacional, apoiado no racionalismo e no cientificismo excessivo, constatamos mudanças operadas por professores que exploram a potencialidade da arte para o desenvolvimento pleno e significativo dos alunos, estabelecendo conexões entre os conteúdos da aprendizagem, cultura e vida pessoal.

Para elaboração dos zines inicialmente fazemos o envolvimento da temática por meio de contexto histórico, separando em seguida os participantes em

pequenos grupos. Esse é um momento criativo como um campo fértil para a elaboração do conhecimento, sendo disponível para confecção de lápis, lápis de cor, canetinhas, revistas, jornais entre outros.

Após a confecção buscamos também refletir sobre o desempenho no momento da produção e, se for o caso, propor uma análise por meio dos critérios previamente.

Aplicamos essa oficina há aproximadamente cinco anos e as produções são em sua maioria condizentes com o tema sugerido.

Nessas linhas é possível perceber a profundidade desse trabalho. A luta contra o racismo estrutural e histórico no país se faz hoje por pessoas comuns, que por meio de suas experiências e aprendizados semeiam nas crianças um novo reflexo do que é ser preto de fato. De como deve ser e se posicionar o povo preto na sociedade atual. Em tudo que se discutiu neste capítulo se objetivou demonstrar o resultado de um sonho que ainda é um bebê, mas que nesses poucos anos de existência já tocou vidas que jamais serão as mesmas e que, por terem se transformado e curado, hoje têm também a capacidade de multiplicar a transformação e cura. Além disso, o

Coletivo está de braços abertos para receber todos que queiram conhecer de perto sua proposta, sendo voluntários, parceiros, multiplicadores ou apoiadores do trabalho desenvolvido. Tenham certeza de que não sairão os mesmos.

QUAL É O PAPEL DA ESCOLA, FAMÍLIA E SOCIEDADE CIVIL NA APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.639?

Partindo de toda trajetória do Coletivo Espelho, Espelho Meu, além de realizar ações com o foco nas crianças pretas, também ampliamos o diálogo com familiares, responsáveis, educadores, a necessidade da aplicação da Lei nº 10.639 na vivência escolar e formas que pode ser aplicado no planejamento educacional.

O racismo estrutural afeta as diversas camadas presentes em nossa sociedade, incluindo espaços escolares, se manifestando por meio dos conhecimentos negados e omitidos quando incluído no currículo o conhecimento africano, na maioria das vezes é destaca formas negativas exemplo, a escravidão como ponto inicial da nossa história.

O ambiente educacional traz outras facetas do racismo que acompanham crianças pretas durante

toda sua vida escolar, o racismo recreativo, onde por meio de “piadas” e “apelidos” elas são humilhadas e são motivos de chacota com argumento de ser brincadeira. Na educação infantil também quando são as últimas serem trocadas e penteadas no momento do cuidado e higienização.

Nos últimos anos estão ocorrendo denúncias de ações racistas nas falas e práticas pedagógicas em escolas públicas e privadas de todo o país, mas nós, educadores, familiares e toda comunidade, podemos agir antes mesmo de ocorrer esse tipo de violência que se perpetua a séculos, sendo as principais vítimas as crianças pretas.

É necessário ações efetivas partindo de um planejamento curricular antirracista de fevereiro a dezembro, incluindo nas matérias presentes nos conteúdos programáticos como história, português, matemática, história, arte, geografia etc. Formações continuadas durante o ano todo, e também é importante ressaltar a importância da cultura, do conhecimento e amplo contato com elementos africano na primeiríssima e primeira infância, exemplos as materialidades, livros, bonecas e brinquedos que se conecte com a ancestralidade africana.

A sociedade civil, familiares e responsáveis e toda comunidade devem acompanhar e exigir se de fato ocorre um currículo interdisciplinar que inclua as múltiplas linguagens, importante também conhecer os espaços, questionar se de fato ações pedagógicas como festas, exposições, oficinas contemplam a obrigatoriedade da Lei nº 10.639. Temos algumas ferramentas que podemos usar para acompanhar se ocorrem propostas e planejamentos que vão de acordo com a Lei nº 10.639, como o projeto político pedagógico da unidade educacional, conselho escolar, reuniões com a equipe pedagógica etc.

Seguimos a filosofia ubuntu que traz a relação do aquilombamento, da empatia, do cuidado, respeito e luta, não somente individual, mas de toda comunidade, pois estamos conectados uns com os outros e essa relação estende-se aos ancestrais e aos que ainda nascerão. A luta contra o racismo necessita ser uma responsabilidade de toda sociedade. Diversas pesquisas comprovam o quanto afeta de forma negativa o psicológico e o desenvolvimento educacional e social de crianças e jovens pretos, ocasionando evasão escolar, diversas inseguranças e dificuldade de pertencimento em sociedade.



Partindo de toda trajetória do coletivo Espelho, Espelho Meu, além de realizar ações com o foco nas crianças pretas, também ampliamos o diálogo com familiares, responsáveis, educadores, a necessidade da aplicação da Lei nº 10.639 na vivência escolar e formas que pode ser aplicado no planejamento educacional.

O racismo estrutural afeta as diversas camadas presentes em nossa sociedade, incluindo espaços escolares, se manifestando por meio dos conhecimentos negados e omitidos quando incluído no currículo o conhecimento africano, na maioria das vezes é destaca formas negativas exemplo, a escravidão como ponto inicial da nossa história.

O ambiente educacional traz outras facetas do racismo que acompanham crianças pretas durante toda sua vida escolar, o racismo recreativo, onde por meio de "piadas" e "apelidos" elas são humilhadas e são motivos de chacota com argumento de ser brincadeira. Na educação infantil também quando são as últimas serem trocadas e penteadas no momento do cuidado e higienização.

Nos últimos anos estão ocorrendo denúncias de ações racistas nas falas e práticas pedagógicas em

escolas públicas e privadas de todo o país, mas nós, educadores, familiares e toda comunidade, podemos agir antes mesmo de ocorrer esse tipo de violência que se perpetua a séculos, sendo as principais vítimas as crianças pretas.

É necessário ações efetivas partindo de um planejamento curricular antirracista de fevereiro a dezembro, incluindo nas matérias presentes nos conteúdos programáticos como história, português, matemática, história, arte, geografia etc. Formações continuadas durante o ano todo, e também é importante ressaltar a importância da cultura, do conhecimento e amplo contato com elementos africano na primeiríssima e primeira infância, exemplos as materialidades, livros, bonecas e brinquedos que se conecte com a ancestralidade africana.

A sociedade civil, familiares e responsáveis e toda comunidade devem acompanhar e exigir se de fato ocorre um currículo interdisciplinar que inclua as múltiplas linguagens, importante também conhecer os espaços, questionar se de fato ações pedagógicas como festas, exposições, oficinas contemplam a obrigatoriedade da Lei nº 10.639. Temos algumas ferramentas que podemos usar para acompanhar

se ocorrem propostas e planejamentos que vão de acordo com a Lei nº 10.639, como o projeto político pedagógico da unidade educacional, conselho escolar, reuniões com a equipe pedagógica etc.

Seguimos a filosofia ubuntu que traz a relação do aquilombamento, da empatia, do cuidado, respeito e luta, não somente individual, mas de toda comunidade, pois estamos conectados uns com os outros e essa relação estende-se aos ancestrais e aos que ainda nascerão. A luta contra o racismo necessita ser uma responsabilidade de toda sociedade.

“Eu sou porque nós somos”

Diversas pesquisas comprovam o quanto afeta de forma negativa o psicológico e o desenvolvimento educacional e social de crianças e jovens pretos, ocasionando evasão escolar, diversas inseguranças e dificuldade de pertencimento em sociedade.



POESIA

UM MUNDO MELHOR

AUTORIA

Espaço Cultural Jardim Damasceno

Queremos um mundo sem violência
Sem defeitos com nossa cor ou raça
Não queremos problemas
com nossas crenças
Suas piadinhas não têm graça
Queremos andar no mundo
Sem sermos discriminados
Não somos imundos
Cansamos de ser massacrados
Pelos nossos direitos e escolhas
Queremos espaço de voz
Estamos implorando
Por um mundo melhor

Um mundo Melhor

Queremos um mundo sem violência
Sem defeitos com nossa cor ou raça
Não queremos problemas com nossas crenças
Suas piadinhas não têm graça

Queremos andar no mundo
Sem sermos discriminados
Não somos imundos
Cansamos de ser massacrados

Pelos nossos direitos e escolhas
Queremos espaço de voz
Estamos implorando
Por um mundo melhor.

POESIA

**PROJETO
VOZES DE
CRIANÇAS E
ADOLESCENTES
- CONSTRUÇÃO
COLETIVA**

AUTORIA

Espaço Cultural Jardim Damasceno





O ECA nos garante, o Direito à Liberdade,
Mas tem gente que não entende que
O racismo tem que acabar e
o preconceito também.
O direito de brincar,
Andar pelas ruas, jogar bola no
campinho de terra, conversar
com os amigos...
Ser feliz, simples assim.
A pessoa com deficiência,
Ter seus direitos respeitados,
Ser visto por todos
Como seres humanos, capaz.
Educação de qualidade é o nosso sonho,
Com participação dos alunos
nas decisões da escola.
Ser um lugar inclusivo,
E atender toda a comunidade.
O direito é pra todos
Mas todos não têm como pagar,
Ainda tem muito pra mudar.
Seguimos a nossa rima e dos
governantes a cobrar
Pra vida melhorar a quem
na quebrada mora.

O Brincar

AUTORIA

Espaço Cultural
Jardim Damasceno

O Espaço Cultural Jardim Damasceno escolheu retratar o tema “brincar” a partir de desenhos feitos pelas crianças e adolescentes que o coletivo beneficia. Essa atividade foi realizada com o apoio do Programa de Iniciação Artística (Piá), realizado pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, que acolheu a proposta e facilitou uma atividade que permitiu que as crianças e os adolescentes envolvidos refletissem sobre o ato de brincar, seus processos, dinâmicas e origens.

O Programa Piá uniu a temática do “brincar” a questões raciais, dando destaque para a cultura afro-brasileira. Assim, em um primeiro momento da atividade, as crianças e os adolescentes manusearam um globo terrestre e identificaram os nomes e a localização de diferentes países, sobretudo daqueles situados no continente africano. Em seguida, as arte-educadoras do Programa Piá apresentaram algumas brincadeiras de origem africana e brincadeiras tradicionais das quais as crianças e os adolescentes do Espaço Cultural Jardim Damasceno puderam participar. São elas: Da Ga (Gana e Nigéria), Banana Verde (Angola), Fogo na Montanha (Tanzânia) e Amarelinha (Brasil). Por fim, as crianças e os adolescentes traduziram suas experiências em desenhos que retratam os diferentes brincames tradicionais e africanos com os quais tiveram contato durante a atividade e que você pode conferir a seguir.

Da Ga

Um retângulo é desenhado no chão para funcionar como a “casa da cobra”, onde um participante deve ficar e assumir o papel de “cobra”. Os demais participantes ficam próximos ao retângulo e tentam se esquivar da “cobra”. Quando a “cobra” encosta em um participante, esse participante deve entrar no retângulo e dar a mão para a “cobra”, utilizando as mãos livres para tentar encostar em quem está fora do retângulo. O participante que sobrar e não for pego pela cobra é o vencedor.

Banana Verde

Um participante deve ser escolhido para ficar com os olhos fechados e gritar “banana” repetidas vezes, enquanto os demais se escondem, respondendo “verde” para sinalizar que ainda estão procurando um esconderijo. Quando todos tiverem se escondido, devem parar de gritar “verde” para que o participante que gritava “banana” comece a procurá-los. Após todos os participantes terem sido encontrados, aquele que foi encontrado primeiro passa a gritar “banana” e procurar os participantes na rodada seguinte.

Fogo na Montanha

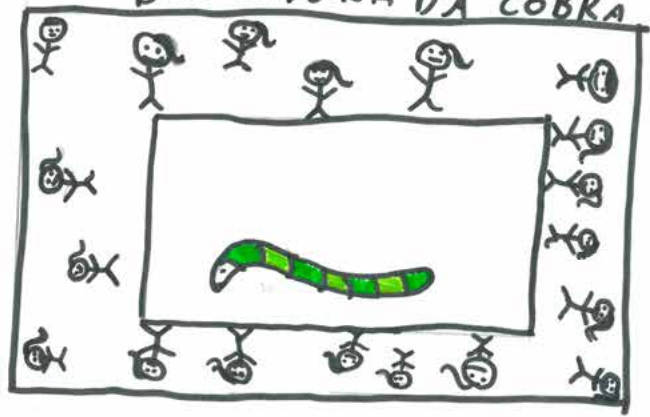
Um participante deve ser escolhido como líder e pedir aos demais participantes para que escolham uma palavra-chave juntos. Em seguida, os participantes são posicionados de costas uns para os outros e devem seguir as instruções do líder, de modo que aquele que errar, deixa a brincadeira. Quando o líder disser “Fogo na montanha!”, todos os participantes devem pular e responder “Fogo!”, permanecendo de costas. Quando o líder anunciar “Fogo no rio!”, todos os participantes devem responder “Fogo!”, mas sem pular. Quando o líder falar a palavra “fogo” em uma frase junto com a palavra-chave escolhida pelos participantes, todos devem gritar “fogo”, pular e virar para frente.

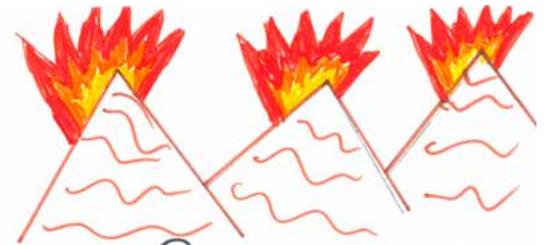
HOME: JULIA SANSto SOUZA



lilia gomes da Silva

DA GA
BRINCADEIRA DA COBRA



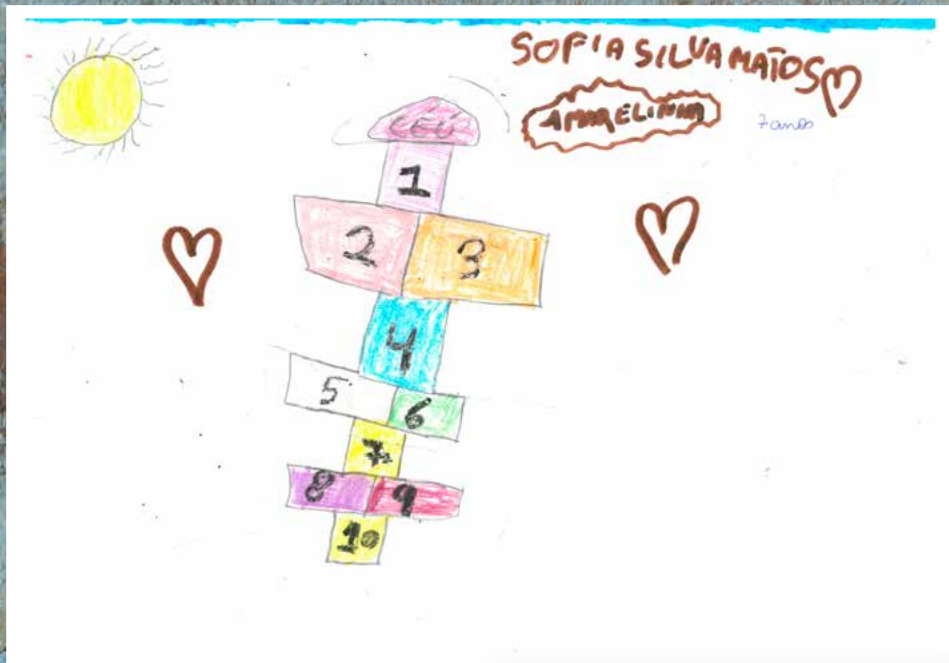


Fogo na montanha

gana



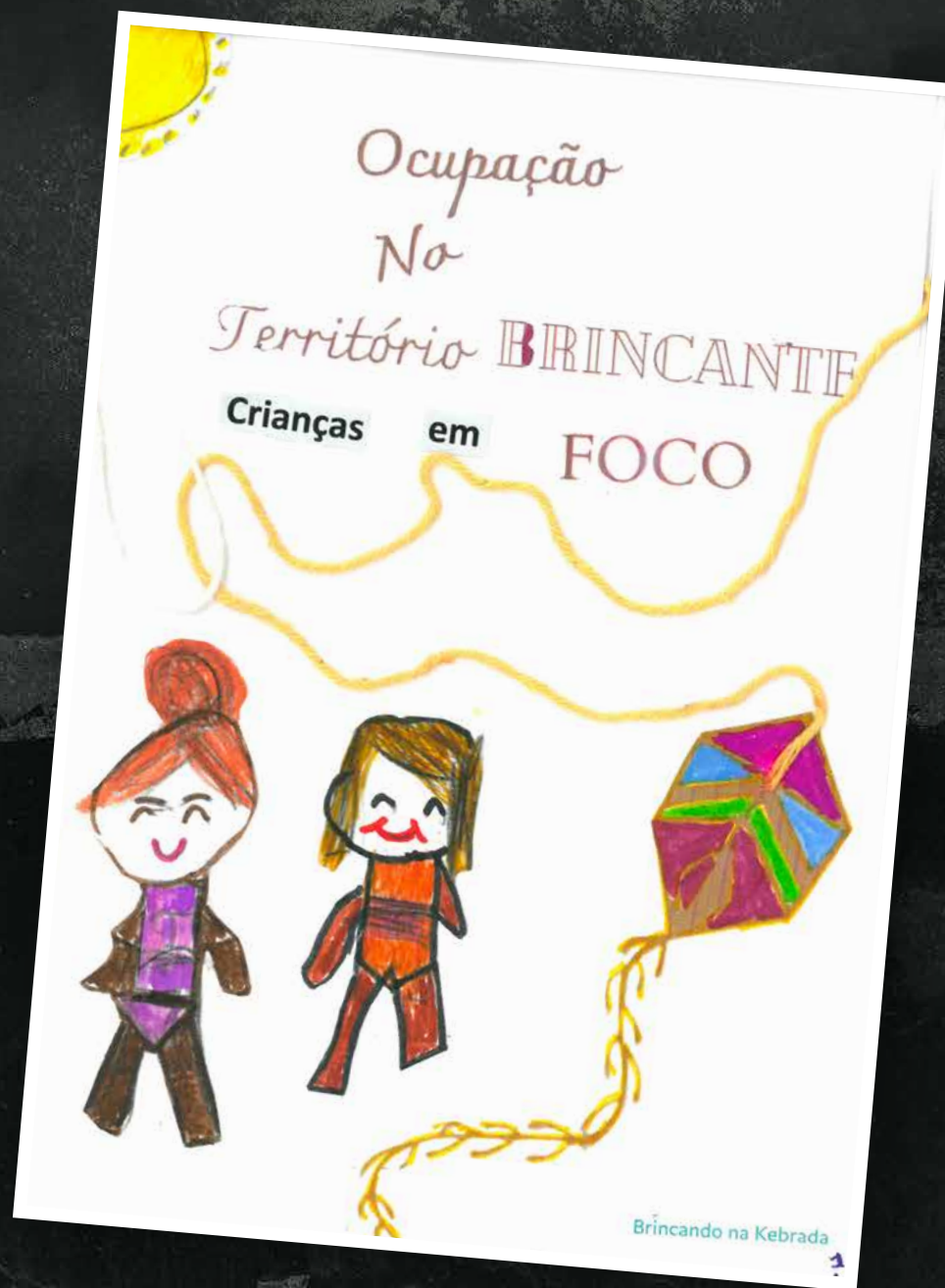
Gabrielly
Sousa
Lopes
12 anos



Ocupação no Território Brincante: Crianças em Foco

AUTORIA

Coletivo
Brincando na Kebrada



brincadeiras

Brincar
para todas
as idades

Brincar

Direitos da Criança



JOGOS E BRINCADEIRAS

ocupam ruas

Prot{AGÔ}nistas



culturas da infância

interações

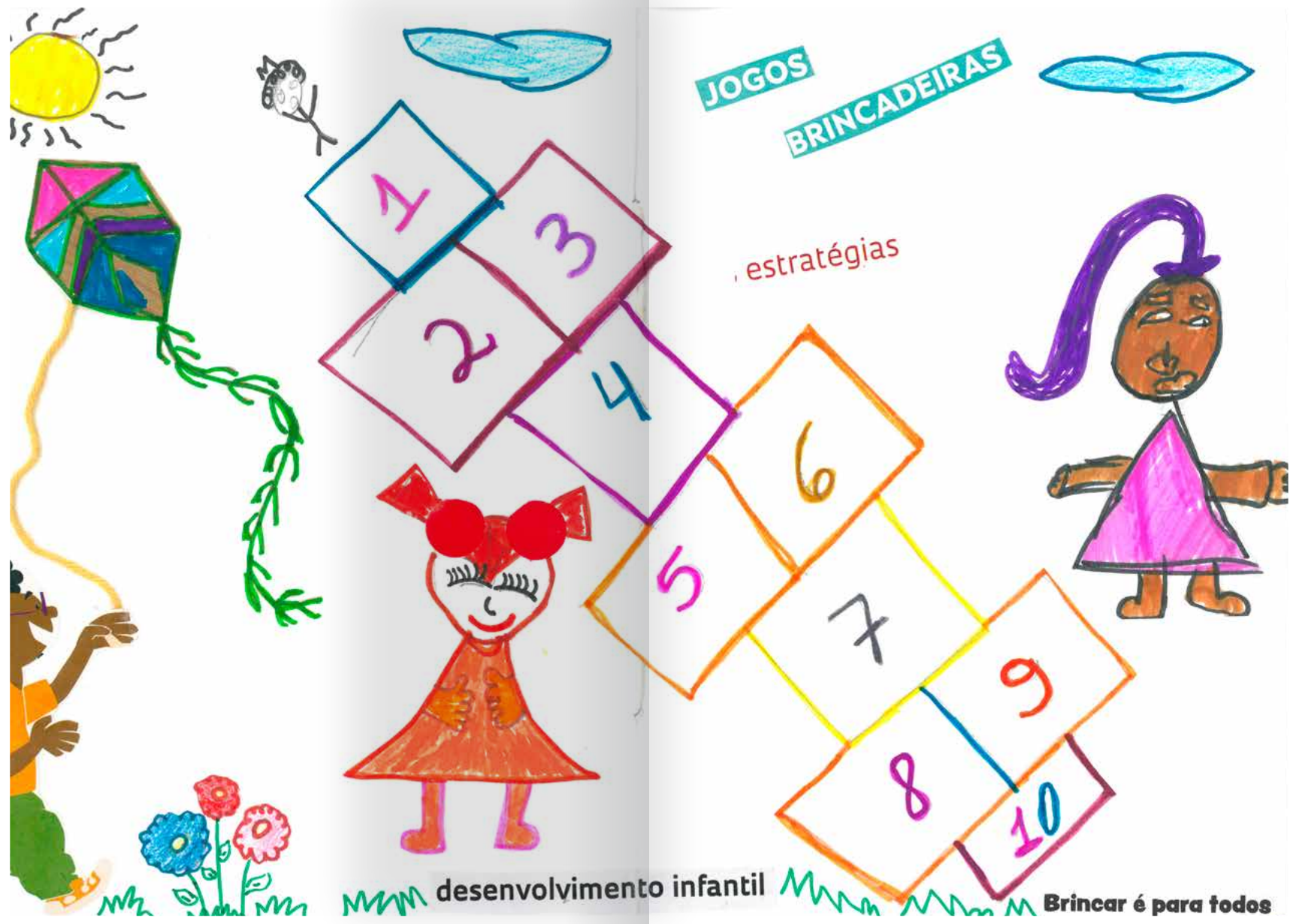
Vida e Saúde

convivência

Educação



Liberdade, Respeito e Dignidade



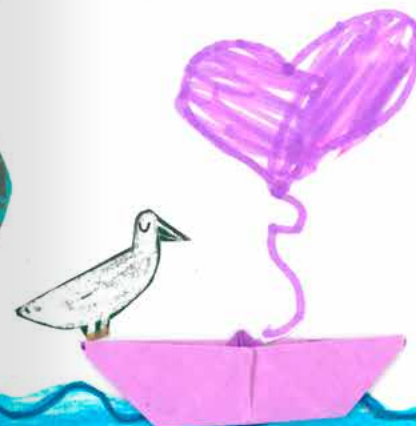
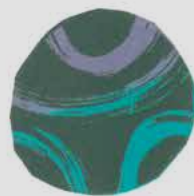
Todos brincam
com todos

Molecada



Aprendizagem

Informação, Cultura, Lazer, Esportes,
Diversões e Espetáculos



O Estatuto da Criança e do Adolescente



CRIANÇAS

RESÍDIA SOFIA DA COSTA
SABRINA
ANA ALICE RYCHDRY
SOPHIA V MAISA
Yasmin
REFAAEAL Sarah
Allana
MARLI





Brincando na Kebrada
Grupo de mulheres que moram na periferia de São Paulo, são pretas, mães solo, educadoras e adoram brincar. Juntas, criam várias coisas interessantes.

DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS



DEPOIMENTOS

Estou na coordenação de um centro de educação infantil há um ano e meio, onde a incorporação da Lei nº 10.639/2003 ocorre de forma interdisciplinar no currículo educacional. Para observar se está sendo aplicada na rotina e nos planejamentos, eu acompanho a organização da equipe pedagógica e verifico como são as ações que contemplam a Lei nº 10.639/2003. Por exemplo, analiso se no momento de leitura ocorrem leituras de livros de protagonismo preto. Ou então, se há imagens, cartazes, exposições e registros fotográficos que dialogam com essa temática e se há contato integral de crianças com bonecas pretas e instrumentos africanos. Em todos os eventos organizados, incluímos pesquisas de conhecimentos e histórias africanas, oferecendo exemplos de mostras culturais, oficinas e festas. Também organizamos as salas e espaços externos de acordo com temas da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Luana Maria Ferreira

Integrante do Coletivo Espelho, Espelho Meu

DEPOIMENTOS

Como pai de crianças pretas, cujas vidas foram impactadas diretamente pelo Coletivo Espelho, Espelho Meu, quando algumas delas ainda nem eram alfabetizadas, digo, sem sombra de dúvidas, que o Coletivo traz uma proposta diferenciada, que não apenas trabalha a diversidade étnico-racial, mas, principalmente, fortalece a identidade e a autoestima da criança preta por meio de brincadeiras, contação de história e jogos africanos, de forma lúdica e acessível para crianças de todas as idades. O Coletivo tem como diferencial educadores que trabalham temas como letramento racial, educação antirracista e diversidade e inclusão, quando ainda pouco se falava sobre o assunto. E, hoje, o Coletivo leva essa proposta de forma pedagógica para a comunidade escolar, que envolve coordenadores, professores e pais, não apenas em datas “comerciais”, mas ao longo de todo o ano letivo. Obrigado por existir, Coletivo Espelho, Espelho Meu.

Luiz de Jesus

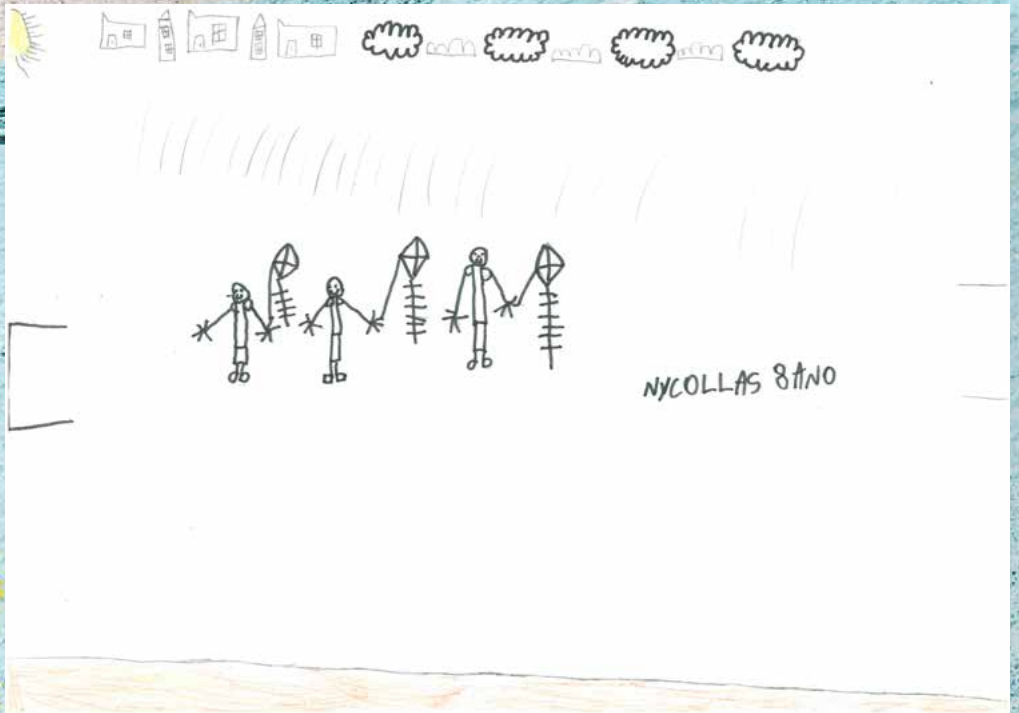
Pai do André, do Caynan, do Matheus, do Emmanuel e da Anyssa

DEPOIMENTOS

A primeira vez que fui a um teatro foi fruto de uma parceria com a Fundação Abrinq, uma peça do Ponto de Partida e Meninos de Araçuaí, em 1997. Eu trabalho desde os 15 anos de idade, mas sempre continuei estudando. Após um tempo desempregada, fui contratada, aos 18 anos, pelo CEI Casa da Criança, no bairro de Ermelino Matarazzo. Esse CEI mantinha uma parceria com a Fundação Abrinq, nos Programas Adotei um Sorriso e Nossas Crianças, incluindo a formação dos educadores. Uma das ações em parceria com a Fundação Abrinq era o Prêmio Nossas Crianças, e no dia desse evento, eu pude assistir ao espetáculo. Foi uma experiência que marcou a minha vida, muito emocionante, desde a preparação do palco até o espetáculo em si, foi tudo muito bonito. E hoje, fazendo parte dessa parceria entre o Coletivo Brincando na Kebrada e a Fundação Abrinq, o sentimento é de realização e agradecimento. A arte, educação e cultura são importantes para a formação das crianças, e eu tive um acesso muito tardio a isso tudo. Quanto mais cedo as crianças puderem acessar esses diferentes bens culturais, maiores serão suas perspectivas de vida, rompendo com algumas construções do que é apresentado na comunidade para ir a outros lugares e ver que têm outras opções de vida, mas reconhecendo que a periferia também é potência e resistência.

Mábia Rodrigues

Pedagoga, integrante e fundadora do Coletivo Brincando na Kebrada



ENTREVISTAS

AUTORIA

Claudiana da Silva Pinto

Para discutir a trajetória de crianças beneficiadas pelo coletivo, fizemos uma entrevista com uma família que é beneficiada pelo Espaço Cultural Becos e Velas há mais de sete anos. São parte dessa família: Gabrielle Moraes da Silva de 12 anos, Pedro Henrique Moraes da Silva de 11 anos e Deise Moraes da Silva de 34 anos (mãe das crianças).

1. Como você conheceu o Espaço Cultural Becos e Velas e, especificamente, as aulas de capoeira?

Deise: A antiga sede ficava do lado da minha casa e a amizade com o Roberto, um dos responsáveis pelo Coletivo, fez com que eu colocasse meus filhos nas aulas para a prática de capoeira.

2. Como que foi o desenvolvimento das crianças nas aulas de capoeira?

Deise, Gabrielle e Pedro: A Gabi, nome carinhoso pelo qual a Gabrielle é chamada, estava com 4 anos e o processo foi fácil. Ela conseguiu desenvolver e entender o treino da Capoeira Angola e gostou muito, principalmente, da parte de musicalidade da capoeira. Com o Pedro Henrique, que na época tinha 3 anos, seu início nas aulas de capoeira coincidiu com um processo de descobrir um diagnóstico de saúde (apesar de, até hoje, o diagnóstico não ter sido totalmente conclusivo, sabe-se que ele tem hiperatividade). Por apresentar uma dificuldade de contato com as pessoas, a sua interação inicial com as outras crianças foi um pouco difícil, pois ele é seletivo com quem brinca. Mas, com o tempo, Pedro foi se desenvolvendo dentro do grupo de capoeira, conseguindo focar no treino e na musicalidade, conseguindo, hoje, interagir com as outras pessoas, jogar na roda e até tocar instrumentos como berimbau, atabaque e pandeiro.

3. Qual a dificuldade com o Pedro sem o fechamento do diagnóstico?

Deise, Gabrielle e Pedro: O atendimento no CAPS não foi concluído por falta de vagas. Quando nasceu, o Pedro chorava muito, não dormia direito e demorou para andar e falar. Foi quando começou o atendimento fonoaudiólogo e psicológico pelo CAPS. Hoje ele tem acesso à escola estadual, onde recebe o acolhimento necessário para o seu diagnóstico, pois a escola e os professores compõem uma rede de ajuda em prol do seu desenvolvimento. Na escola, foi um pouco difícil até ele começar a se integrar na sala, porém hoje ele é capaz de conversar, pede ajuda e consegue ler com o apoio dos pais e com o estímulo recebido na escola.

4. Como foi a evolução com a ajuda da Capoeira Angola para o Pedro e para a Gabi?

Treinel Gordo (treinador de capoeira): A capoeira trouxe para as crianças um desenvolvimento em termos físicos. A capoeira é uma das atividades mais completas por trabalhar todos os segmentos corporais e diversas posições em sua prática. A capoeira é uma forma diferente de se exercitar, pois mescla luta, dança e musicalidade. “Se aventurar” e se identificar com esse tipo de atividade torna a pessoa mais confiante.

A didática utilizada para inserção do Pedro no grupo foi deixá-lo, no tempo dele, para querer participar e criar a confiança nas pessoas para, então, começar a se movimentar e interagir. Demorou um pouco para ele começar a interagir e focar nos treinos, porém com o diagnóstico dele e a seletividade nas pessoas, o tempo foi o melhor remédio.

A Gabi teve um papel principal na evolução do seu irmão. Quando ele entrava em crise, ela, com muita calma, conversava e acalmava ele, fazendo com que ele retornasse ao movimento. A Gabi é muito carinhosa com o irmão e tem grande responsabilidade no desenvolvimento dele, pois integra seu irmão em tudo que faz, proporcionando uma evolução tanto dela, como dele.

5. O que os projetos no Espaço Cultural Becos e Vielas proporcionam para as crianças?

As crianças gostam muito de participar das atividades. Eu não preciso me preocupar quando eles estão nos cursos proporcionados pelo Coletivo, pois o desenvolvimento e a responsabilidade de todos do Espaço Cultural Becos e Vielas passam a confiança necessária para que possa deixar meus filhos lá.

A Gabi e o Pedro gostam da capoeira, da dança e da horta, que permite plantar e mexer na terra, aprendendo com esse mundo novo de plantio e “comida sem veneno”. Isso deixa eles tão motivados que, principalmente aos sábados, chegam às 10h00 no Espaço Cultural Becos e Velas e voltam para casa somente depois das 14h00, quando já participaram de várias oficinas.

6. O que os Cursos e a Capoeira Angola proporcionam principalmente para as crianças?

Treinel Gordo (treinador de capoeira): Este ano estamos com os nossos saraus, que ocorrem a cada um mês, e o Pedro e a Gabi fizeram uma cena de teatro. No começo, o Pedro ficou com vergonha e não quis mais apresentar, porém a Gabi foi lá, conversou com ele e ele voltou para se apresentar, e isso foi muito bonito. Foi muito legal ver o desenvolvimento dele e a sua capacidade de se apresentar diante de muitas pessoas e memorizar cada fala.

A cultura e o esporte podem trazer para as crianças com diagnóstico de hiperatividade, autismo etc. uma evolução de confiança muito grande. Esse é um trabalho que é ignorado pelo poder público, que poderia ajudar muito no desenvolvimento de muitas famílias. Tentamos com os nossos, trazer todas as crianças para o esporte e para a cultura, para que possamos, mesmo sem apoio de poder público, trabalhar essa evolução e formação cultural, intelectual e moral – algo que muitos querem tolher, principalmente das pessoas de comunidade, como forma de manipulação da classe média.

7. Qual é a dica que você dá para as famílias cujas crianças ainda não participam de atividades culturais e esportivas?

Deise: Que coloquem seus filhos para participar e desfrutar da cultura e do esporte, porque é algo que traz conhecimento, respeito e uma formação moral para que nossas crianças possam se desenvolver e ter um futuro em que possam fazer o que quiserem, sem que ninguém possa impor ou colocar eles em lugares que eles não queiram estar.

As ações do coletivo Espaço Cultural Becos e Velas atualmente operam sem ajuda do poder público e atendem aproximadamente 30 crianças e 25 adultos. Para o mês de Agosto, por exemplo, teremos os seguintes cursos e oficinas disponíveis, de forma totalmente gratuita, para todos: Capoeira Angola, Aulas de Cavaquinho e Violão, Aulas de Zumba, Horta Popular, Teoria Musical, Teatro, Dança Afro e Aulas de Reforço Escolar para jovens e adultos.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, S. S. SENNA, N. C. **Fanzines na sala de aula: expressividade e autorialidade**. Santa Maria, 2015. Disponível em: http://anpap.org.br/anais/2015/simposios/s5/sandro_silva_de_andrade_nadia_da_cruz_senna.pdf. Acesso em 12 de julho de 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 10 de julho de 2023.

FONSECA, M. V. BARROS, S. A. P. **A história da educação dos negros no Brasil** – Niterói – EdUFF, 2016.

MAGALHÃES, H. **O que é fanzine**. São Paulo: Brasiliense, 1993. Coleção Primeiros passos. Disponível em: <http://www.editorabrasiliense.com.br/primeiros passos/fanzine.htm>. Acesso em 12 de julho de 2023.

PASSAFARO, N. **Tião Rocha: "Eu não quero tirar os meninos da rua, eu quero mudar a rua"**. Educação e Território. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/tiao-rocha-eu-nao-queiro-tirar-os-meninos-da-rua-eu-queiro-mudar-rua/>. Acesso em: 19 set. 2023.

Schindwein, L. M. Laterman, I., Peters, L. (orgs). **A criança e o brincar nos tempos e espaços da escola**. Florianópolis: NUP, 2017. Ebook: 240p. Coleção: Formação de Professores. Disponível em: <https://nupedoc.ufsc.br/files/2017/10/A-CRIAN%C3%87A-E-O-BRINCAR-Ebook.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

SILVA, Rafael Domingos Oliveira. Negrinhas e negrinhos: visões sobre a criança escrava nas narrativas de viajantes – Brasil, século XIX. **Revista de História**, 5, 1-2, 2013, p. 107-134.

SOARES, N. **Mais de 70% dos municípios não aplicam lei que determina ensino de história afro-brasileira**. Brasil de Fato, 2023. Disponível em: <https://brasildefatorj.com.br/2023/04/18/mais-de-70-dos-municipios-nao-aplicam-lei-que-determina-ensino-de-historia-afro-brasileira>. Acesso em 10 de julho de 2023.

Videira, L. P. Criança negra e discriminação étnica na escola e movimentos pela educação popular. **Padê**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 89-111, jul./dez. 2007.

ግንባታ 2

O Projeto Coletivos periodicamente abrirá inscrições para fornecer apoio técnico e financeiro a coletivos periféricos que trabalham pela causa da infância e adolescência no Brasil. Para acompanhar essas oportunidades, visite o site e siga as redes sociais oficiais da Fundação Abrinq!

f /fundabring

@ /fundacaoabring

www.fadc.org.br



Distrito Federal

Asé Dúdú

Território de atuação: Ceilândia
Endereço: SHPS, Quadra 703, Conjunto C,
chácara 95A - Ceilândia - DF, 72238-410
E-mail institucional: ase.dudu.grupo@gmail.com
Redes sociais: @asedudu

Poesia nas Quebradas

Território de atuação: Planaltina
Endereço: atuação itinerante
E-mail institucional: poesianasquebradas@gmail.com
Redes sociais: @poesianasquebradas

Biblioteca Comunitária Roedores de Livros

Território de atuação: Ceilândia e Incra 8
Endereço: QNM 11, Área Especial Lote 3,
Torre A - Ceilândia - DF, 72000-215
E-mail institucional: roedoresdelivros@gmail.com
Redes sociais: @roedoresdelivros

Bahia

Companhia de Artes Elementos

Território de atuação: Tancredo Neves e Cabula
Endereço: atuação itinerante
E-mail institucional: ciadetheatroelementos@gmail.com
Redes sociais: @ciaelementos

Gaviões da Lua

Território de atuação: São Caetano
Endereço: Rua Mello Moraes Filho, 575, Fazenda
Grande do Retiro - Salvador - BA, 40352-005
E-mail institucional: gavioesdaluaoficial@gmail.com
Redes sociais: @gavioesdalua

Coletivo Cultural Ibomin

Território de atuação: Portão
Endereço: Rua Bela Vista, 21, Portão -

Lauro de Freitas - BA, 42713-570
E-mail institucional: coletivoibomin@gmail.com
Redes sociais: @coletivoibomin

Maloka Espaço Cultural

Território de atuação: Portão
Endereço: Rua Nova República, 7, Portão
- Lauro de Freitas - BA, 42714-090
E-mail institucional: contatotriplice@hotmail.com
Redes sociais: @malokaespacocultural

Centro Cultural Mamulengo

Território de atuação: São Tomé de Paripe
Endereço: Rua Alto das Pontes, 66, São Tomé
de Paripe - Salvador - BA, 40800-210
E-mail institucional: centromamulengo@gmail.com
Redes sociais: @ccm.cultura

Rio Grande do Sul

A Pezito

Território de atuação: Comunidade da Pedreira
Endereço: atuação itinerante
E-mail institucional: apezito@gmail.com
Redes sociais: @a_pezito

Biblioteca Comunitária do Arvoredo

Território de atuação: Lomba do Pinheiro
Endereço: Avenida Santo Dias da Silva, 727, Lomba
do Pinheiro - Porto Alegre - RS, 91550-500
E-mail institucional: bibliotecadoarvoredo@gmail.com
Redes sociais: @abc_arvoredo


Coletivo Caixa de Pandora


Território de atuação: Vila dos Papeleiros
Endereço: atuação itinerante
E-mail institucional: coletivocaixapandora@gmail.com
Redes sociais: @coletivo_caixapandora



Rua Araguari, 835 • 14º andar
Vila Uberabinha • 04514-041 • São Paulo - SP
55 11 3848-8799

www.fadc.org.br

 /fundabrinq

 /fundacaoabrinq

